

O Brasil, a FAO e o ponto quatro do programa Truman

MARIA DE LOURDES LIMA MODIANO

A ORGANIZAÇÃO de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) acaba de dar publicidade ao relatório de seu Diretor-Geral, Sr. Norris Dodd, acêrca da 5.^a Sessão de sua Conferência anual, que se reuniu em Washington a 21 de novembro último.

Ocupou-se a Conferência, essencialmente, do programa de assistência técnica para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

O Brasil, país de imensas possibilidades, na maioria sem aproveitamento por falta de recursos técnicos e materiais, está incluído entre as nações dessa categoria. As decisões da Conferência da FAO interessam-nos, pois, de modo especial. A possibilidade de sairmos dessa situação aí está e com uma oportunidade verdadeiramente milagrosa, se considerarmos que, felizmente, dentro em pouco estará votado pelo Congresso o plano SALTE, em boa hora traçado pelo Governô do General Dutra.

Nunca, antes, na História do Brasil, se realizou um trabalho de planejamento de tão vastas proporções, abrangendo tão completa e minuciosamente cada um dos setores que interessam à economia nacional. Urge, portanto, trabalhar para que o mesmo possa dar todos os resultados que dêle podemos esperar.

O relatório da 5.^a Sessão da Conferência da FAO é um documento profundamente animador. Desde a reunião de Hot Springs, em 1943, a assistência técnica internacional em favor das áreas subdesenvolvidas tem sido objeto de inúmeros conclaves mundiais. O Ponto IV da Mensagem do Presidente Truman, por ocasião da abertura do Congresso norte-americano em 1949, suscitou, em tôrno do problema, um reavivamento de interesses, abrindo novas possibilidades, de incomensurável amplitude, para sua solução.

A palavra de ordem lançada pelo Chefe do Executivo da grande nação norte-americana teve vasta repercussão. A 9.^a Sessão do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), reunida em julho do ano passado, votou uma série de resoluções especificando a maquinaria indispensável e os métodos a serem adotados pelas Nações Unidas e suas agências especializadas (FAO, UNESCO, WHO, etc.), a fim de incrementar o plano hoje conhecido como "Programa de Expansão da Assistência Técnica para o Desenvolvimento Econômico".

Resolveu, também, o Conselho Econômico e Social incumbir o seu Comité de Coordenação Administrativa, de estabelecer uma Junta de Assistência Técnica (Technical Assistance Board-TAB),

composta dos chefes ou representantes das Nações Unidas e de suas agências especializadas. Essa Junta receberá informações minuciosas sôbre as necessidades de cada país, acêrca de qualquer programa traçado pelas organizações participantes, incumbindo-se de examinar os pedidos e os programas, confrontá-los e, finalmente, coordenar convenientemente as atividades.

Dentro dêsse plano de ação, receberão as várias Agências cotas "automáticas", em determinadas proporções, dos primeiros 10 milhões de dólares reservados à execução do programa.

O Conselho Econômico e Social resolveu também estabelecer um Comité próprio, denominado Comité de Assistência Técnica (TAC), composto de representantes de todos os países membros e que poderá reunir-se quando o Conselho não estiver em sessão. A função principal dêsse Comité será examinar e criticar as atividades em andamento e os resultados conseguidos, resolver os problemas que lhe serão submetidos pela Junta de Assistência Técnica, rever as relações de trabalho entre as Organizações participantes e apreciar a eficiência dos métodos de coordenação adotados.

Êsse plano será submetido à Assembléia Geral e só poderá entrar em execução quando os governos dos países membros tiverem efetuado suas contribuições. Por isso mesmo, recomendou o Conselho a convocação de uma Conferência Especial, incumbida de estudar as propostas de contribuição de cada país. Por êsse meio, os países membros de Agências especializadas, porém, não integrantes das Nações Unidas, terão direito de voto ao discutir-se o programa.

Considera o Conselho Econômico e Social que as contribuições atingirão um total não inferior a 20 milhões de dólares e dêstes, 17 milhões serão automaticamente postos à disposição das Organizações participantes. A maior percentagem caberá à FAO (29%), que disporá, assim, desde logo, de cêrca de 5 milhões de dólares para execução de seu programa de assistência.

As recomendações do Conselho Econômico e Social não serão, por certo, imediatamente postas em execução. Faz-se mister, preliminarmente, entre outras coisas, que os governos dos países membros entrem com suas contribuições. A FAO, porém, já desde o ano passado tem-se ocupado ativamente do assunto, participando, de modo especial, da elaboração do Relatório que, no primeiro semestre do ano findo, foi enviado aos governos dos países membros. Duas resoluções principais, expostas nesse relatório, dizem respeito diretamen-

te àquele organismo: o princípio da sua plena participação no problema de desenvolvimento econômico e a autorização dada ao seu Diretor-Geral para obter pareceres de técnicos especializados acerca dos métodos que mais resultado têm dado no desenvolvimento das áreas subdesenvolvidas, assim como receber dos países interessados seus pontos de vista preliminares sobre as necessidades mais urgentes de assistência técnica.

Essa consulta aos governos dos países membros foi formulada pelo Diretor-Geral da FAO em julho de 1949. O assunto foi incluído nas agendas das reuniões preliminares das Conferências Regionais, destinadas a receber as primeiras solicitações dos governos membros sobre suas necessidades mais urgentes. A recente visita do Sr. Norris Dodd ao nosso país como a outros economicamente subdesenvolvidos, representava parte das atividades preliminares para a concretização do grandioso plano.

O programa encaminhado ao Conselho Econômico e Social pela FAO apenas indicava, em linhas gerais, alguns pontos básicos relativos ao desenvolvimento da agricultura, da pesca e do reflorestamento. Somente depois de recebidas as solicitações concretas dos governos membros poderá aquela organização elaborar o programa definitivo.

Os setores de atividade e seus objetivos variarão, naturalmente, segundo o país. Por isso mesmo, pretende a FAO examinar cuidadosamente os vários pedidos de assistência, não somente sob o ponto de vista dos resultados visados, como também à luz dos princípios gerais recomendados pelo Conselho Econômico e Social.

Até hoje, os recursos um tanto limitados da FAO não lhe permitiram exercer junto aos países membros qualquer assistência realmente concreta. Limitou-se sua ação ao estudo das condições de cada país, a fim de esclarecer e aconselhar os respectivos governos sobre os métodos de ação. O novo programa lhe permitirá uma ação efetiva de assistência visando aumento de produção, melhor distribuição e levantamento das condições de vida das populações rurais. Com a ajuda dos governos interessados, pretende a FAO, sempre que necessário, enviar às áreas economicamente subdesenvolvidas equipes de técnicos que se encarregarão de estudar *in loco* os processos técnicos mais indicados em cada caso, a maquinaria necessária e o tipo de equipamento que pode dar resultados melhores e mais econômicos. Esses técnicos permanecerão em cada país o tempo necessário para demonstrar a eficiência do programa preconizado. Pretende, por esse meio, a FAO, estabelecer a indispensável ligação entre as modernas aquisições da ciência e sua aplicação prática para o desenvolvimento econômico.

Outro ponto de grande interesse do programa delineado pela FAO é o de facilitar o treinamento de técnicos fora do país, providência de importância capital para o desenvolvimento do intercâmbio internacional de conhecimentos técnicos e para a valorização do homem, aspiração máxima da moderna civilização.

Para usufruir os benefícios desse grandioso programa de auxílio, faz-se mister que os países incluídos na categoria a ser beneficiada concretizem suas solicitações através de planos racionais e bem sistematizados.

No tocante ao nosso país, o plano SALTE atende plenamente a essa exigência, coincidindo com os objetivos da FAO, isso porque, em sua essência, visa a valorização do homem e da terra do Brasil.

Não obstante existirem entre nós diversos problemas cuja solução se impõe, os organizadores do Plano SALTE procuraram solucionar aqueles que poderão determinar uma recuperação mais rápida, capaz de criar um ambiente mais propício para novas inversões no futuro.

O primeiro setor do Plano — o setor SAÚDE — promovendo a recuperação física do homem, irá assegurar-nos a energia humana indispensável não só à nossa produção como, também, ao aumento do mercado interno.

A seguir, o desenvolvimento da produção agropecuária, em particular dos alimentos, por processos racionais, concorrerá para o barateamento do custo de vida; além disso, pela introdução de métodos e equipamentos adequados, irá aumentar a produtividade de cada um, completando assim o ciclo de valorização do homem.

No setor ALIMENTOS, contém o Plano um estudo minucioso acerca do combate à erosão, fertilização das terras menos produtivas e, finalmente, recuperação de zonas atualmente consideradas exaustas, mas que poderão passar a constituir os celeiros dos grandes centros consumidores localizados em suas vizinhanças.

No setor TRANSPORTES, com o conjunto de medidas a serem adotadas, poderá o plano SALTE assegurar a coordenação dos diversos meios de transporte conhecidos, o que, combinado com a instalação de armazéns, depósitos de imunização e frigoríficos, promoverá o escoamento da produção segundo as exigências do consumo e da exportação, ou seja, nas bases mais econômicas.

Finalizando o ciclo de suas atividades, o Plano SALTE dedica um grande capítulo à energia, não só elétrica como de petróleo. Na parte de energia elétrica, as grandes realizações dos rios São Francisco e Paraíba já se encontram em fase adiantada de execução. Quanto ao petróleo, a aquisição de refinarias modernas, para uma produção total de 50.000 barris diários, já foi concluída. Além disso, foi adquirida uma frota de navios petroleiros, num total de 225 mil toneladas, que nos garantirá a independência nos transportes de combustíveis líquidos.

O que há, porém, de mais importante nesse conjunto é a solidez do esquema financeiro do Plano, que garante plenamente a sua exequibilidade.

Com todos esses elementos em mão, justo será esperarmos que o plano internacional de desenvolvimento econômico venha beneficiar o Brasil, no máximo de suas possibilidades.